

## **A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E A PESQUISA ANTROPOLÓGICA**

### ***THE SOCIAL REPRESENTATIONS THEORY AND THE ANTHROPOLOGICAL RESEARCH***

Marivânia Conceição de Araujo<sup>1</sup>

**RESUMO:** Muito embora a metodologia clássica utilizada por várias décadas na pesquisa antropológica tenha conseguido resultados positivos e de grande importância para a compreensão dos grupos humanos, a teoria das representações sociais – elaborada por Serge Moscovici – é apresentada aqui como mais um instrumento metodológico eficaz para a coleta, a análise dos dados e tendo como objetivo final o entendimento das relações sociais e culturais estabelecidas coletivamente entre os indivíduos. Com esse propósito discute a gênese, as dimensões teóricas e os procedimentos metodológicos desse conceito e sua aplicabilidade no âmbito da Psicologia Social e das Ciências Sociais, em especial no trabalho etnográfico, a partir de um texto teórico e específico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Representações sociais. Análise da teoria. Conceito e aplicação. Pesquisa antropológica.

---

<sup>1</sup> Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual de São Paulo UNESP/Araraquara. Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá – UEM. Endereço: Rua Mandaguari, 418/106 – Jardim Universitário – Maringá – PR – CEP 87020-230. E-mail: [marivaniaaraujo@yahoo.com.br](mailto:marivaniaaraujo@yahoo.com.br)

**ABSTRACT:** Although the classic methodology used in anthropological research during several decades has produced results of great importance to the understanding of human groups, the theory of social representations – elaborated by Serge Moscovici – is presented here as one more efficient methodological tool to the capture and analysis of data and have as the final objective the understanding of the social and cultural relations collectively established between the individuals. With this purpose, the article discusses the genesis, the theoretical dimensions and the methodological procedures of this concept and its applicability in the extent of Social Psychology and Social Sciences, especially in the ethnographic work, starting from a theoretical and specific text.

**KEY WORDS:** Social representations. Theoretical Analysis. Concept and application. Anthropological research.

## INTRODUÇÃO

*As representações sociais individual ou sociais fazem com que o mundo seja o que pensamos que ele é ou deve ser. Mostramos que, a todo instante, alguma coisa ausente se lhe adiciona e alguma coisa presente se modifica.*

*Serge Moscovici*

O presente artigo tem como finalidade discutir o conceito de representação social elaborado por Serge Moscovici (1978), sua aplicabilidade no âmbito da Psicologia Social e das Ciências Sociais, em especial no trabalho etnográfico. Trata-se, desse modo, de um texto de caráter marcadamente teórico e específico, pois pretende descrever as características daquele conceito. As reflexões aqui presentes fazem parte da tese de doutorado “*O bairro Santa Felicidade por ele mesmo. Espaço urbano e formas de representações sociais, Maringá/Paraná<sup>1</sup>*” que discute as representações sociais construídas pelos moradores de um conjunto de casas populares situado na periferia do município de Maringá, na região norte do estado do Paraná.

## **A gênese da teoria das representações sociais**

Serge Moscovici, representante da escola psicossocial construtivista francesa, desenvolveu a teoria das representações sociais, no livro *Psychanalyse son image et son public*, publicado no Brasil em 1978, sob o título *Representação Social e Psicanálise*. Segundo Jovchlovitch (1994, p. 63), é a partir deste trabalho que Moscovici se insere no debate da psicanálise, sua atuação enriquece a discussão sobre a teoria e a pesquisa em torno da representação social, tornando-a pertinente ao contexto da psicologia social.

As representações sociais podem ser definidas como “*imagens construídas sobre o real*” (MINAYO, 1994, p. 108), elas são elaboradas na relação dos indivíduos em seu grupo social, na ação no espaço coletivo comum a todos, sendo assim, diferente da ação individual. O espaço público é o lugar onde o grupo social pode desenvolver e sustentar saberes sobre si próprio, saberes consensuais, isto é, representações sociais.

As representações sociais têm um caráter dinâmico e relacional à trajetória do grupo que a elaborou. Elas são fruto de um processo sempre atuante, desencadeado pelas ações coletivas dos indivíduos, mas implicam em um reflexo nas relações estabelecidas dentro e fora do grupo, no encontro com outros indivíduos ou outros grupos sociais. Como resultante temos que a ação dos indivíduos é caracterizada pelas representações sociais que seu grupo elaborou.

Os grupos sociais possuem regras, idéias e elaboram informações próprias ao longo da sua história e sob o reflexo das diferentes relações que estabelecem. Nesse processo, sua identidade se constrói, dando-lhe especificidade. Entretanto, quando os elementos da identidade coletiva são questionados ou subestimados, um novo processo tem início: o surgimento das representações sociais. Elas são, para Moscovi (1978), uma resposta do grupo às intervenções externas que põem em perigo sua identidade coletiva, ou seja, para o modo como o grupo se vê e quer ser visto pelos outros.

Segundo Farr (1994, p. 32), Moscovici partiu do conceito de representação coletiva elaborado por Émile Durkheim para construir sua própria teoria. Desse modo, apreende daquele conceito a noção fundamental de que as representações são construídas socialmente pelos grupos e se caracterizam como imagens da realidade.

O método utilizado por Émile Durkheim não se atém apenas à observação e análise do que é verbalizado pelos indivíduos para representar a realidade, pois ele afirma que a representação feita pelo grupo ocorre *“até mesmo pela maneira como se dispõe territorialmente, face à realidade. E suas formas organizacionais da vida social, além de mediações empíricas, são portadoras de uma ideologia implícita, que forma um arcabouço interno”* (DURKHEIM apud RODRIGUES, 1990, p. 22). Já Moscovici (1978) enfatiza a verbalização, o discurso dos componentes do grupo estudado, por isso a entrevista é seu instrumento metodológico mais importante. A proximidade entre os dois conceitos resultou, entre outras características, que a teoria das representações sociais está baseada na realização e análise de entrevistas qualitativas e na observação do discurso apresentado pelos informantes. Quanto às representações coletivas, Durkheim (1970, p. 39) afirma que elas:

[...] são exteriores com relação às individuais, é porque não derivam dos indivíduos considerados isoladamente, mas de sua cooperação, o que é bastante diferente. Naturalmente na elaboração do resultado comum, cada qual traz a sua quota-parte; mas os sentimentos privados apenas se tornam sociais pela sua combinação, sob a ação de forças *sui generis*, que a associação desenvolve; em consequência dessas combinações e das alterações mútuas que delas decorrem, eles se transformam em outra coisa.

Esta é uma característica marcante do conceito de representação coletiva: a sua exterioridade às consciências individuais. Ela é sempre construída coletivamente, não é fruto da elaboração de cada indivíduo isolado, mas sim da união de todos em cooperação. Vê-se aqui, talvez, o ponto de inspiração para a teoria das representações sociais de Moscovici (1978), que objetiva analisar as informações e idéias construídas pelos grupos urbanos. Mas que possui um caráter mais dinâmico e específico, porque estas representações sociais são elaboradas por pequenos grupos sociais, não se tratando de toda uma sociedade, como nas análises realizadas por Durkheim.

Em sua teorica, Moscovici (1978) volta-se para um sentido diferente daquele conceito durkheimiano de representação coletiva, por avaliar que este é mais apropriado para a análise das relações sociais desenvolvidas nos grupos tradicionais. Moscovici propõe que, para as sociedades urbano-industriais, a análise das representações seja feita com base na teoria das representações sociais. Guarechi (1994, p. 196) considera que, para Moscovici, o modelo de sociedade, objeto de análise de Durkheim, era estático e tradicional, diferente das sociedades

modernas, tema das pesquisas de Moscovici (1978), que são dinâmicas e fluidas. O conceito de “coletivo” foi substituído pelo de “social” porque estava mais adequado às sociedades de dimensões mais cristalizadas e estruturadas, pois *tinha “uma conotação mais cultural, estática e positivista”* (GUARECHI, 1994, p. 196).

Segundo Sá (1995, p. 23), a diferença entre a representação social, criada por Moscovici, e a representação coletiva de Durkheim está em que:

[...] as representações coletivas eram vistas, na sociologia durkeimiana, como dados, como entidades explicativas absolutas, irreduzíveis por qualquer análise posterior, e não como fenômenos que devessem ser por eles próprios explicados. À psicologia social, pelo contrário, segundo Moscovici, caberia penetrar nas representações para descobrir a sua estrutura e os seus mecanismos internos.

Uma das diferenças existentes entre estes dois conceitos pode ser relacionada ao modo como as representações são entendidas e analisadas no âmbito da pesquisa. Outra diferença está no fato de que, para Durkheim, a ação dos indivíduos não tem influência direta no fenômeno social. Os dois elementos são entendidos separadamente, o papel do indivíduo é diminuto na compreensão do social. Segundo Durkheim (1970, p. 39),

[...] o fenômeno social não depende da natureza pessoal dos indivíduos. É que na fusão da qual ele resulta, todas as características individuais, sendo divergentes por definição, neutralizam-se e apagam-se mutuamente.

Por seu turno, Moscovici (1978) afirma que os indivíduos, reunidos em grupos sociais, vão elaborar um conjunto de informações consensuais sobre a realidade com a qual se relacionam. Entende que o indivíduo tem um papel atuante e particular na construção das representações sociais, e comenta que:

[...] a representação social é um corpus organizado de conhecimento e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam inteligível a realidade física e social, inserem-se num grupo ou numa ligação cotidiana de trocas, e liberam os poderes de sua imaginação. (MOSCOVICI, 1978, p. 28).

A teoria das representações sociais pretende explicar o complexo representação/ação, isto é, uma teoria consensual criada por um grupo social e a sua ação social forma um

complexo, pois todos os elementos estão associados numa teoria para compreender a realidade dada. O que vai, simultaneamente, ser uma espécie de “indicador” para as ações sociais deste grupo. Pode-se afirmar que este é um complexo cujos elementos se auto alimentam, são início e fim ao mesmo tempo. Nas palavras de Wagner (1994, p. 178),

[...] o que pode, então, ser explicado por uma representação? A resposta é simples: enquanto relacionado a crenças, o comportamento manifesto é parte e conteúdo da própria representação social, é a consequência do comportamento no mundo social que se necessita explicar pelo complexo representação/ação. O comportamento e a ação estão lógicos e necessariamente conectados a crenças representacionais, mas suas consequências não estão. A ação e as consequências são duas coisas diferentes.

Como consequência do “complexo representação/ação” os indivíduos vão agir em consonância com os elementos das representações sociais que eles mesmos construíram. Representações sociais e ação são fases de um mesmo processo de compreensão e inserção no mundo social e relacional. Em vista disso, confere-se importância ao fato de se analisar as representações sociais, quando se pretende conhecer um grupo social específico e entender o porquê do seu modo de agir com seus diferentes interlocutores.

O estudo das representações sociais diz respeito ao entendimento de como os indivíduos se percebem na relação com a sociedade mais ampla, como se sentem frente à realidade. A representação social trata-se do sentimento que têm sobre a realidade, as ações e informações que reuniram e transformaram em uma teoria do senso comum, apta para explicar a sua realidade e a si mesmo. Mas esta teoria é dinâmica, capaz de absorver ou excluir alguns dos seus elementos, na sua tarefa de compreensão da realidade e oferta de subsídios para a ação dos indivíduos sobre esta mesma realidade. Isso ressalta a necessidade de se dar maior atenção aos novos elementos incorporados e às explicações referidas a eles, pois podem oferecer a possibilidade para a mudança da representação social e dar novo significado às ações dos indivíduos.

### **As dimensões teóricas das representações sociais**

Ao elaborar representações sociais, os indivíduos organizam imagens, histórias e linguagens coletadas de atos e situações que lhes são comuns. Ao vivenciar ou apenas ter conhecimento desses fatos da realidade e da natureza, eles procuram meios de reproduzi-los, porém as representações sociais não são meras reproduções da realidade. Elas vão mais além, resultam de uma lógica natural em que os elementos são interpretados e passam por uma reconstrução, sendo-lhes atribuído um significado específico, cujos aspectos podem ser cognitivos, emocionais e afetivos. Desse modo, a realidade é conhecida, remodelada e representada, fazendo parte das relações cognitivas do grupo. Moscovici (1978, p. 25) discorre sobre as representações sociais e afirma que:

Toda representação é composta de figuras e de expressões socializadas. Conjuntamente, uma representação social é a organização de imagens e linguagem, porque ela realça e simboliza atos e situações que nos são e que nos tornam comuns. Encarada de modo passivo, ela é compreendida a título de reflexo, na consciência individual ou coletiva, de um projeto, de um feixe de idéias que lhe são exteriores. A analogia com uma fotografia captada e alojada no cérebro é fascinante; a delicadeza de uma representação é, por conseguinte, comparada ao grau de definição e nitidez ótica de uma imagem. É nesse sentido que nos referimos, freqüentemente, à representação (imagem) do espaço, da cidade, da mulher, da criança, da ciência, do cientista, e assim por diante.

A analogia das representações sociais como uma fotografia alojada no cérebro, é realmente interessante, porque dá a dimensão do significado das representações sociais para os grupos nas suas relações. Através delas, obtém-se uma imagem da realidade, com seus elementos, fatos e pessoas, todos identificados e classificados, cujo registro está na memória de todo o grupo. É a partir da “figura” destes dados que os grupos têm um conhecimento elaborado, de forma coletiva, que eles vão dar um sentido e interpretar a realidade, para, na seqüência, agir sobre ela em coerência com o que vêem, conhecem e interpretam.

Para Moscovici, (apud GUARECHI, 1994, p. 212) o que desencadeia o processo formador das representações sociais, seu “propósito”, é o de “*transformar algo não familiar em*

*familiar, ou a não familiaridade, em familiar*". O processo de formação das representações sociais tem como princípio a familiarização do que é desconhecido pelo grupo. Fatos, pessoas ou leis jurídicas, por exemplo, não familiares, que se inserem no cotidiano do grupo, interferindo de algum modo nas relações, precisam se tornar familiares. Com este objetivo, serão codificados, analisados e assimilados aos dados anteriormente conhecidos, para serem, finalmente, compreendidos, tornando-se familiar ao grupo. Essa familiaridade estará permeada pelos elementos dados pelo grupo, será peculiar e não necessariamente semelhante à forma "original" desses fatos não-familiares ou como estes são percebidos em outros grupos.

Segundo Moscovici (1978), o desconhecido atrai, mas, ao mesmo tempo, perturba tanto as pessoas quanto o seu grupo, fato que mexe com as referências habituais de compreensão da realidade, tornando mais premente a necessidade de transformar o não-familiar em familiar. Para o autor, entender o mundo não é somente necessário, mas: "*as representações sociais tomam forma e são comunicadas para fazer o mundo cotidiano mais excitante*" (MOSCOVICI apud SÁ, 1995, p. 37). Mais excitante porque é mais rápido em suas variações, um mundo novo, na medida em que está sempre em transformação, precisando ser constantemente observado, interpretado e reproduzido para que seja nítido o seu lugar nele. Assim, a função das representações sociais:

[...] é tornar familiar o não familiar numa dinâmica em que objetos e eventos são reconhecidos, compreendidos com base em encontros anteriores, em modelos. No caso, a memória predomina sobre a lógica, o passado sobre o presente, a resposta sobre o estímulo, perturbador do universo exterior para o interior, coloca-o em uma categoria e contexto conhecidos. Nesse universo consensual o veredicto precede o julgamento. (Leme, 1995:48).

Afirmar que no universo consensual o veredicto precede o julgamento, significa dizer que quando se dá o processo de construção das representações sociais, os indivíduos são parciais na escolha de histórias, mitos ou fatos para identificar e se familiarizar com o novo. Não se trata de uma decisão neutra. A atitude com o novo é para defini-lo como "bom" ou "ruim", normal ou desviante, isto é, as classificações vão sempre ter uma conotação positiva ou negativa e uma posição numa ordem hierárquica. Assim, além de serem classificados de modo positivo ou não, os fatos novos serão comparados e classificados como melhores ou piores

àqueles anteriormente conhecidos, revelando, mais uma vez, o caráter relacional do processo de construção das representações sociais.

Ocorre, ainda, que quando o novo é observado para ser transformado em familiar, isso se dá sem que haja a intenção de abandonar totalmente o familiar, mas assimilá-lo, reconstruí-lo dialeticamente porque a questão que se coloca para a teoria é: *“as representações não só familiarizam o desconhecido, mas (por vezes, ao fazê-lo) também permitem o estranhamento do familiar”* (ARRUDA, 1998, p. 37).

Moscovici afirma que a representação social, modalidade de conhecimento particular e consensual, utiliza-se de dois meios para exercer sua função de familiarizar o grupo com o desconhecido: a objetivação e a ancoragem. Para Moscovici (1978, p. 110), a objetivação:

[...] faz com que se torne real um esquema conceitual, com que se dê a uma imagem uma contrapartida material, resultado que tem, em primeiro lugar, flexibilidade cognitiva: o estoque de indícios e de significantes que uma pessoa recebe, emite e movimenta no ciclo das infracomunicações pode tornar-se superabundante.

[...] objetivar é reabsorver um excesso de significações materializando-as (e adotando assim certa distância a seu respeito). É também transplantar para o nível de observação o que era apenas inferência ou símbolo.

Vê-se que a objetivação é o processo de transformar algo que está no nível abstrato, desconhecido para um outro mais tangível, isto é, torná-lo mais concreto e objetivo, na medida em que há uma aproximação para observá-lo. Porém, nesse movimento, são feitas relações e hierarquizações com aquilo que é já conhecido, é feita a observação e, ao mesmo tempo, imprime-se lhe algum significado.

Para Moscovici (1978), as duas operações essenciais da objetivação são naturalizar e classificar. No ato de naturalizar o símbolo se torna real e, com a classificação, é dado à realidade um ar simbólico. Com a objetivação, há um enriquecimento da gama de elementos atribuídos às pessoas e separam-se alguns desses elementos seus atributos *“para poder guardá-los, num quadro geral, de acordo com o sistema de referência que a sociedade institui”* (MOSCOVICI, 1978, p. 13). Com o processo de objetivação o grupo social adquire novos dados para o seu conjunto de idéias e informações sobre a realidade. Todos os dados, novos e antigos, são assimilados numa teoria consensual para auxiliar na explicação das relações dos indivíduos dentro e fora do grupo.

Naturalização e classificação são realizadas, na objetivação, e seu resultado é inserido num quadro mais amplo com outras objetivações e representações sociais, completando um universo representacional, para ser acionado quando for preciso. Todo esse processo faz parte da lógica consensual de interpretação da realidade social do grupo.

Outro processo formativo da representação social da representação social é a ancoragem. De acordo com Castro (1997, p. 342), ela assegura:

[...] a vinculação social da representação, tanto em relação aos valores cognitivos de sentido e saber com que deve ser coerente no grupo social a que vê surgir, quanto pela atribuição de um valor funcional a seu conteúdo específico.

A ancoragem vai dar, àquilo que é estranho ao grupo, uma ligação à representação social já existente. Vai ligá-lo aos dados já conhecidos, fazendo uma correlação, buscando semelhanças e efetuando uma classificação hierarquizada. Todavia, deve-se levar em consideração que esse processo não é neutro, assim sendo, essa ligação não se dá aleatoriamente, mas com dados conhecidos e repletos de símbolos e histórias que posicionarão o novo elemento num lugar “positivo” ou “negativo”, de acordo com o conjunto de fatos que o grupo já conhece.

Souza (apud ARRUDA, 1998) apresenta uma situação de ancoragem que serve de exemplo para o entendimento do processo coletivo de construção da representação social. A autora discorre sobre a forma como escritores, poetas e viajantes descreveram a Índia e seus habitantes para o velho mundo, a Europa. Para se referir ao que lhes era novo, eles precisavam de dados já conhecidos e realizavam uma correlação entre eles, facilitando o entendimento, no sentido de eliminar o que era desconhecido. Assim, os modelos usados por Colombo e os cronistas das viagens àquele país vinham de esquemas literários escritos pelos poetas gregos e romanos para exaltar a idade feliz. Nas palavras de Sousa (apud ARRUDA, 1986, p. 22), os portugueses, por exemplo, procuravam:

[...] no acervo imaginário, os elementos de identificação da nova terra associar a fertilidade, a vegetação luxuriante, a amenidade do clima às descrições tradicionais do paraíso terrestre tornava mais próxima e familiar para os europeus a terra tão distante e desconhecida.

Na ancoragem, o segundo processo formativo da representação social, há a “*construção de uma rede de significados*” (MOSCOVICI, 1978, p. 289) quando os indivíduos do grupo associam o que já conhecem ao que é desconhecido. Significados conhecidos são acionados na busca do entendimento e descrição do novo, nesse processo ele vai se tornando mais palatável e familiar, para ser inserido, vestido com uma “roupagem” que lhe dá sentido. Moscovici (1978) aponta mais uma característica desse conhecimento conformado: a constante repetição das representações sociais pelos membros do grupo. Para ele, esse recurso “*não só tem uma função de economia, pois cada idéia já não precisa ser demonstrada de novo, mas também uma função de organização do julgamento*” (MOSCOVICI, 1978, p. 259). Os indivíduos fazem da repetição uma forma de se lembrarem em que posição se encontram nas relações sociais em que estão inseridos. Quando falam, repetidamente, estão “repassando” seu discurso, reafirmando suas idéias e, ao mesmo tempo, desenvolvendo-as.

Após a discussão a respeito das dimensões teóricas sobre as representações sociais, é possível concluir que elas emergem de um triplo cenário, cujos elementos estão interligados. O primeiro cenário é o do imaginário individual, no qual surgem as representações individuais; o segundo o do imaginário coletivo, no qual aparecem as representações sociais – construídas pelo grupo. Segundo Cardoso (2000), é este cenário que integra os mitos, os preconceitos, os estereótipos, os lugares comuns, as religiões, as ideologias, etc. E o terceiro cenário trata da realidade social como atuação; é nele que tomam forma as representações que têm por objeto as ações sociais.

A teoria das representações sociais tem um conjunto coeso de elementos, neste caso funções, sistematicamente organizadas para seu uso como instrumento de análise. Segundo Jodelet (apud GOMES, 2003, p. 22) as representações sociais têm três funções básicas: “*função cognitiva de interação, função de interpretação da realidade e função de orientação das condutas e das relações sociais*”. Essas três funções articuladas (e caracterizadas como representações sociais que são) permitem aos indivíduos, integrantes de grupos sociais específicos, terem um entendimento com a realidade que os cerca e com a qual, de algum modo, convive ou se relaciona. Com base nelas podem interpretar a realidade a partir do seu conhecimento, por permitir que eles a relacionem com fatos e situações que já avaliam, sendo capazes de conformar novas percepções e formas de agir quando depararem com novas situações e relações sociais.

As representações sociais são elaboradas nas esferas próximas da vida social (GOMES, 2003), ou seja, não se constroem representações sociais sobre o que não se relaciona ou do que pouco se tem conhecimento. Por outro lado, quando se oferece uma questão que, de algum modo, faz parte do cotidiano, é possível receber dos informantes alguns dados que vão além de meras opiniões, mas que fazem parte de um conhecimento consensual. Dados que foram organizados dentro do grupo, com base nas suas relações sociais e na sua história, vêm a se configurar numa representação social. Vê-se, desse modo, que representações sociais diferem de meras opiniões ou da opinião pública, pois, segundo Allport (apud GUARESHI, 1994, p. 193-4):

O termo opinião pública recebe seu significado a partir de uma situação multividual, em que os indivíduos se expressam, ou são chamados a se expressar, a favor ou contra (apoiando ou opondo-se) alguma condição específica, alguma pessoa ou proposta de importância geral, em tal proporção de número, intensidade e constância, que isso dê origem à probabilidade de afetar, direta ou indiretamente, a ação em direção ao objeto referido. (...) As representações sociais, ao contrário da opinião pública, têm a ver com as dimensões de construção e de mudança, ausentes do conceito de opinião pública.

Através da teoria das representações sociais dá-se mais importância aos elementos do senso comum, isto é, à modalidade de conhecimentos práticos (GOMES, 2003), partindo do princípio que esse conjunto de noções deve ser observado de modo cuidadoso, com o objetivo de captar todas as suas partes e a lógica natural (SÁ, 1993) que as engendram e lhes dão significado. É possível perceber a percepção, observação, formação e constatação de idéias e conceitos. Os teóricos da representação social entendem essa lógica natural como um conhecimento válido, construído pelo saber leigo, mas, nem por isso, menos importante ou portador de menos significados que o saber reificado.

Entretanto, de acordo com essa linha de pensamento, a diferença entre esses dois saberes deve estar evidente, eles não podem ser confundidos. Isto é, para ser utilizado como um foco de análise desta teoria, somente o conhecimento construído pelo senso comum tem relevância. Assim, quando do seu emprego, devem ser coletadas e analisadas as afirmações vinculadas ao senso comum do grupo estudado. Como exemplo, pode-se que afirmar a teoria das representações sociais não é o instrumento teórico apto para se averiguar qual é a percepção

que os urbanistas têm da organização de um espaço urbano específico, pois o conhecimento que possuem deste fato é preponderantemente teórico<sup>2</sup>. A diferença entre o saber reificado e o consensual fica evidente a partir das reflexões de Sá (1993, p. 28), para quem nos universos reificados,

[...] é que se produzem e circulam as ciências e o pensamento erudito em geral, com a objetividade, seu rigor lógico e metodológico, sua teorização abstrata, sua compartimentalização em especialidades e sua estratificação hierárquica.

Na teoria das representações sociais a captação do senso comum - principalmente através de entrevistas qualitativas - é de extrema importância, porque é na utilização do senso comum que os grupos sociais vão construir uma definição da realidade e de sua situação. A partir dele vão agir e atribuir significado a essa ação, de modo coerente com a sua história e com o conjunto de conhecimentos que possui.

As representações sociais dos grupos compõem o olhar que eles lançam sobre a sua vida cotidiana e, como apontado por Moscovici (1978), influenciam sua ação. Percebe-se, desse modo, a relação entre o subjetivo (olhar do sujeito) e o objetivo (a realidade). Nela, a realidade ganha nuances de subjetividade, pois é relacionada pelos indivíduos à símbolos, particularidades, no esforço para alcançar o seu entendimento.

### **Os procedimentos metodológicos da teoria das representações sociais**

As representações sociais são formas de conhecimento socialmente construídas pelos integrantes dos grupos para explicar as relações estabelecidas entre eles, com outros grupos e com a natureza. Isso ocorre mediante o caráter coletivo das idéias, histórias e experiências vividas por um grupo social específico e essa construção vai servir de orientação para a ação social. Há a necessidade metodológica de se entender a forma como foram elaboradas as explicações cognitivas para a realidade vivida, assim como, os conteúdos da história progressiva do grupo, como, por exemplo, o período de interação no espaço geográfico, suas características, problemas, qualidades e o que foi preciso fazer para a adaptação neste lugar ou para a interação social com outros grupos.

De acordo com Spink (1995), após ter definido o problema a ser estudado e as populações pertinentes a ele, o pesquisador deve decidir qual o aspecto das representações sociais a ser investigado, para ter condições de elaborar o instrumento e/ou procedimento da pesquisa.

Parte importante da metodologia para apreensão das representações sociais está relacionada à coleta de dados. Para tanto, é preciso a realização de entrevistas semi-estruturadas, que são entrevistas com um prévio roteiro de perguntas sobre o tema de interesse, todavia a entrevista não se limitará a ele, podendo envolver outros assuntos de acordo com o entrevistado e os fatos que tem a revelar. Além disso, é necessário também o levantamento de dados “sobre o contexto social e sobre os conteúdos históricos que informam os indivíduos enquanto sujeitos sociais” (SPINK, 1994, p. 129).

Em síntese, é necessário fazer uma análise do discurso. De acordo com Spink (1994), é preciso: 1) transcrição das entrevistas gravadas; 2) leitura fluente do material, juntamente com a paralela audição das entrevistas para que se possa captar suas variações (isto é versões contraditórias que surjam no discurso), os detalhes sutis (silêncios, suspiros, hesitações, lapsos) e a retórica (quando o informante está argumentando contra ou a favor de determinado fato); 3) tendo apreendido os aspectos gerais da construção, voltar aos objetivos da pesquisa e definir claramente o objeto da representação. Isso deve ser feito porque: “*Os discursos são complexos, mesmo quando pensamos estar entrevistando sobre um tema único, e muitas vezes estão presentes teorias sobre múltiplos aspectos relacionados*” (SPINK, 1994, p. 130).

A dimensão metodológica da teoria das representações sociais reafirma a importância da realização das entrevistas, colhidas entre os informantes, e da sua análise. Todo o processo tem por base a interpretação, em suas diferentes dimensões, visto que, desde o momento do recorte feito pelo pesquisador para definir o que será estudado, ela está presente. O grupo a ser observado, as questões colocadas e a explicação de todo o conjunto de informações obtidas para a pesquisa estão sob a presença da interpretação do pesquisador. Ela define o olhar que está voltado para um grupo e quais as relações que serão entendidas como prioritárias para a pesquisa.

As entrevistas qualitativas são essenciais no estudo das representações sociais, entretanto não são o único recurso metodológico existentes. A elas podem ser associados outros

recursos interessantes, como a observação de meios de comunicação como, por exemplo, telejornais, programas de rádio, jornais ou revistas, para se chegar àquele objetivo.

Um outro elemento metodológico da teoria das representações sociais, de acordo com as afirmações de Moscovici (apud SPINK, 1995) é a observação. Isso porque ela dará ao pesquisador condições para entender a gênese e a estrutura das representações sociais, além de libertá-lo da quantificação e da experimentação prematura, que podem gerar a fragmentação do fenômeno estudado. É preciso, então, observar os indivíduos em seus próprios territórios e interagir com eles através de sua linguagem e em seus termos. Nota-se que a metodologia usada para a análise das representações sociais se aproxima muito dos métodos utilizados na pesquisa antropológica, quando da observação dos grupos urbanos e em especial das camadas menos favorecidas da população. Sobre a pesquisa antropológica Oliven (1996, p. 10) afirma que:

[...] a Antropologia trabalha com técnicas de pesquisa como entrevistas abertas, observação participante, que são de natureza qualitativa e, portanto, mais adequadas para reconstituir o universo de participação social e o sistema de representação dos informantes: (...) justamente por serem “marginais”, isto é, por não terem acesso pleno aos canais de participação que permitem a um estudo social, numa sociedade complexa, influir nas decisões que afetam seu próprio destino, é que estes grupos podem ser analisados com sucesso pela antropologia, ciência de certo modo também marginal à civilização urbano-industrial.

Todas essas informações, sobre os aspectos metodológicos que envolvem a análise das representações sociais, estão relacionadas ao fato de que se deve concentrar-se na análise dos processos causadores de comunicação e vida do grupo estudado. Mas também dos processos que lhe dão uma dimensão peculiar, visto que eles caracterizam-se por ser *mediação social* (JOVCHELOVITCH, 1994, p. 81). É através deles que os sujeitos sociais comunicam-se, neles buscam conceitos e práticas aceitas, percebem o que é tido como certo ou desviante.

Diante dos pressupostos apresentados sobre a teoria das representações sociais, parece pertinente esclarecer o papel do pesquisador e a presença de elementos subjetivos emergentes no trabalho de pesquisa. Porém, é conveniente lembrar que a presença da subjetividade não é um privilégio das pesquisas com grupos humanos, pois está presente em todos os exercícios científicos. Já é possível percebê-la antes mesmo do início do trabalho, pois está vinculada à escolha do tema da pesquisa, que nasce do olhar do pesquisador, de suas inquietações, dúvidas. A escolha do tema é fruto de conhecimentos precedentes, das leituras e discussões teóricas

feitas pelo pesquisador; vem do desejo íntimo de responder a algumas questões que ele julga sem respostas ou cujas respostas não satisfazem adequadamente sua curiosidade.

É o olhar do pesquisador que constrói o seu objeto de pesquisa e, certamente, este está prenhe de subjetividade e individualidade. Seu olhar traz consigo o reflexo daquilo que ele tem em mente, ou seja, fragmentos de sua história de vida, problemas que viveu, experiências que acumulou, além daquilo que ele pretende fazer num futuro próximo.

Há uma conexão entre a objetividade pertinente à teoria das representações sociais e a subjetividade presente nas ciências sociais e, neste caso, na pesquisa antropológica. Trata-se da percepção de que a representação social é produzida coletivamente pelos sujeitos sociais e que estes são ativos, vivos, isto é, capazes de interagir e criar. No processo de apreensão e análise das representações sociais, estabelece-se uma relação entre o pesquisador e o pesquisado; essa relação não é inócua, ela traz elementos para a pesquisa, mesmo quando o pesquisador não se dá conta disso ou quando não é esse o seu interesse ou intenção.

Os integrantes do grupo estudado são sujeitos ativos na interação da pesquisa e, principalmente, produtores de uma lógica de pensamento própria. São, principalmente, atores numa ordem social dinâmica, na qual têm capacidade de intervenção e são aptos para olhar e analisar essa mesma ordem social. Como interlocutor desses atores sociais, o pesquisador vê-se envolvido num universo que se mostra mais rico do que ele pressupunha, nele são esclarecidas demandas que ele sequer havia formulado, são somando às questões iniciais outros elementos para a sua reflexão. Tem-se um desdobramento de idéias que ele deve dar conta. O universo de pesquisa que se apresenta é amplo e inesperado, mas contribui em muito para o enriquecimento e qualidade do resultado da pesquisa.

Mesmo utilizando-se de instrumentos metodológicos, não há como ignorar o caráter subjetivo na relação pesquisado/pesquisador. Haja vista que é o pesquisador quem aborda, pede e questiona o informante sobre fatos que indicam uma preocupação que é sua, mas que fazem parte do cotidiano do informante. Nessa interação, nasce algo que só existirá naquela relação, somente entre aqueles dois sujeitos específicos. E isto, evidentemente, reveste de uma qualidade peculiar o resultado da pesquisa, confere-lhe seu lado subjetivo, pois os dois indivíduos tornam-se – momentânea e forçosamente – parceiros numa interação.

Pesquisador e sujeito interagem, de modo específico, porque cada um deles possui sua história de vida, esperanças e inquietações. Falam sobre o mesmo tema, porém, geralmente,

compõem grupos sociais diversos, logo, eles têm representações sociais diferentes sobre um mesmo assunto. O pesquisador vê e entende o mundo social do pesquisado a partir de suas próprias representações sociais, ele possui a sua teoria para o entendimento da realidade – que é a teoria elaborada pelo grupo ao qual pertence. Ao analisar as representações construídas pelo grupo social pesquisado deve, então, ouvir seu informante, abandonar suas categorias de análises e se ater às usadas pelo seu entrevistado. Ele deve se fazer entender pelo informante (quando apresenta suas questões) e, sob pena de perder seu trabalho, buscar compreender as categorias e afirmações feitas por este.

Desse modo, o pesquisador está sob a condição de ser também um “elemento” subjetivo na pesquisa. Sua idade, sexo, modo de vestir-se, etnia, jeito de falar são fatores observados pelos informantes, são também dados para suas análises e interferem de algum modo na realização das entrevistas. Assim, o pesquisador, mesmo ao usar a teoria das representações sociais de acordo com o que designa os teóricos e usando corretamente sua metodologia, tem o seu modo peculiar de relacionar-se e conduzir a entrevista ou seu trabalho de campo. Uns mais falantes e desinibidos, outros mais tímidos e introspectivos, dão, a cada contato com o informante, uma faceta especial. Com base nisso, é possível afirmar que, com o mesmo roteiro de perguntas, pesquisadores diferentes podem obter quantidade e qualidade distintas nas informações de um mesmo grupo social.

Desse modo, é possível afirmar que as atividades de pesquisa relacionadas ao trabalho de campo, caracterizam-se como momentos ricos na relação pesquisador/pesquisado. Nela, estão envolvidos, entre outros, os sentimentos de dúvida, preocupação, simpatia, pesar, solidariedade e até frustração. Certamente, esses sentimentos deixam sua marca no resultado do trabalho. Mas o que se espera é que esses fatos tornem a análise das representações sociais do grupo mais frutífera, ou seja, possibilitando uma maior coleta de dados e uma maior qualidade na sua análise.

A relação entre pesquisador/pesquisado é envolvente e traz bons resultados, dela surgem mais dados do que aqueles previstos pelo pesquisador e identificados pela metodologia. Merleau-Ponty (1999, p. 57) comenta que essa relação sempre contém elementos de intervenção, pois se trata de uma relação entre seres humanos:

Quando se trata de seres vivos, e com mais razão quando se trata de seres humanos não há observação pura, toda observação já é uma intervenção, não se pode experimentar ou observar sem mudar algo no sujeito. Toda teoria é ao mesmo tempo prática e, inversamente, toda ação supõe relações de compreensão.

O comentário desse autor deixa transparecer que a relação pesquisador/pesquisado não deve ser entendida como permeada apenas pelos objetivos da pesquisa. Também significa uma interação de cunho pessoal, composta por simpatias, afeições, admiração ou desconfiança e que há algum modo de intervenção sobre os sujeitos, há sempre algum nível de mudança nos indivíduos envolvidos. Deve ficar claro, porém, que essa intervenção afeta tanto o pesquisador quanto o pesquisado, não deve haver ilusões de que o pesquisador estaria imune a ela por seu papel de cientista, que não pretende envolver-se, pois tem um olhar distanciado do seu objeto de pesquisa para vê-lo de modo mais amplo.

Muito embora pesquisador e pesquisado tenham papéis diferentes no âmbito da pesquisa, em determinados momentos, acontece a alternância nos papéis de sujeitos e objetos. Sobre essa alternância, Oliveira (1999, p. 54-55) argumenta que:

Aprender a trabalhar as diferenças implica admitir que tanto pesquisador quanto pesquisados são sujeitos e objetos numa pesquisa. Um emudece temporariamente para que o outro se exprima. Aqui, uma vez mais, o referencial é Éclea Bosi. Explica ela, em *Memória e Sociedade*, que “nesta pesquisa fomos ao mesmo tempo sujeito e objeto. Sujeito enquanto indagávamos, procurávamos saber. Objeto enquanto ouvíamos, registrávamos sendo como que um instrumento de receber e transmitir a memória de alguém, um meio de que esse alguém se valia para transmitir suas lembranças”.

É interessante o entendimento de que o pesquisador é um meio de transmissão daquilo que os pesquisados têm a oferecer. Podem ser lembranças, opiniões, reivindicações ou as representações relacionadas a determinados temas. O pesquisador passa a ter um caráter de utilidade para seus pesquisados, não só o inverso ocorre, seu trabalho serve para que se conheçam e se divulguem idéias que estão, muitas vezes, limitadas apenas ao círculo daquele grupo. Essa característica da relação pesquisador/pesquisado demonstra como é rica e dinâmica, composta de elementos que vão além dos resultados do trabalho de pesquisa, visto que podem ser percebidos resultados também para os pesquisados.

A subjetividade deve ser entendida como um fator latente na pesquisa, ao contrário da tentativa de se procurar ignorá-la, pois essa postura pode trazer problemas à apreciação dos dados coletados. Quando se trata, por exemplo, da análise um grupo pertencente às camadas populares, é preciso atentar para que essa relação não seja um canal para idéias preconcebidas. O pesquisador, letrado, com maior poder aquisitivo e residente em áreas mais “nobres” da cidade, pode transmitir para seu texto seus próprios preconceitos ao invés daquilo que está sendo informado pelos pesquisados. Sobre a diferença de classes sociais entre o pesquisador e seus pesquisados, Bosi (apud OLIVEIRA, 1999, p. 54) afirma que:

Só há uma relação válida e fecunda entre o artista culto e a vida popular: a relação amorosa. Sem um enraizamento profundo, sem uma simpatia sincera e prolongada, o escritor, homem de cultura universitária, e pertencente à linguagem sedutora dominante, se enredará nas malhas do preconceito, ou mitigará irracionalmente tudo o que lhe pareça popular, ou ainda projetará pesadamente as suas próprias angústias e inibições na cultura do outro, ou, enfim, interpretará de modo fatalmente etnocêntrico e colonizador os modos de viver do primitivo, do rústico, do suburbano.

Por “artista culto” pode-se fazer uma analogia ao papel do etnógrafo, pesquisador letrado que entra em contato e, algumas vezes em choque, com as atitudes e afirmações dos indivíduos observados. Podendo tomá-los como grosseiros, alienados, violentos ou inocentes diante de determinadas situações, essa postura é, sem dúvida, prejudicial ao trabalho de análise antropológica, visto que embota o olhar do pesquisador permitindo-lhe perceber apenas parte do discurso proferido pelo grupo estudado.

### **Considerações finais**

Como se procurou demonstrar anteriormente, as representações sociais contribuem para definir um grupo social em sua peculiaridade, é um dos instrumentos com o qual os indivíduos sociais apreendem o meio ambiente. Elas são importantes também porque desempenham um papel na formação das comunicações e ações sociais daqueles indivíduos.

Segundo Moscovici (1976), esses “conjuntos de conceitos, afirmações e explicações”, que são as representações sociais, devem ser considerados como verdadeiras “teorias” do senso comum, “ciências coletivas” *suis generis*, pelas quais se procede a interpretação e mesmo a construção das realidades sociais. A propósito, quem nunca ouviu alguém dizer na discussão de um ou outro daqueles assuntos: “eu tenho uma teoria sobre isso” (SÁ, 1995, p. 26).

Para Moscovici (apud SÁ 1995), as representações sociais são como teorias confeccionadas pelos grupos para apreender e definir os dados com os quais se relacionam. Eles têm teorias sobre as coisas. Destarte, é nesse sentido que a utilização teórica das representações sociais pode ser pertinente para a pesquisa antropológica.

A análise das relações sociais estabelecidas pelos indivíduos de um mesmo grupo procura verificar não somente quais são e em que contexto elas se deram, mas também qual a percepção que os próprios atores sociais têm sobre elas. Assim, parte-se da idéia de que essas relações são fundamentais para o entendimento do grupo, de suas ações dentro e fora dele e, também, que estas relações sociais são dinâmicas, que esse dinamismo deve ser acompanhado pelo conhecimento consensual construído por eles. Para Moscovici (1978, p. 59),

As representações individual ou sociais fazem com que o mundo seja o que pensamos que ele é ou deve ser. Mostram-nos que, a todo instante, alguma coisa ausente se lhe adiciona e alguma coisa presente se modifica.

## Notas

1- ARAUJO, M. C. (2005). *O Bairro Santa Felicidade por ele mesmo. Espaço Urbano e Formas de Representações Sociais em Maringá, Paraná*. (Tese de Doutorado), UNESP-ARARAQUARA, 2005.

2- De acordo com Gomes (2003, p. 28), embora temas científicos não possam ser considerados representações sociais, os cientistas, ao elaborar uma teoria, podem, sem o perceber, usar concepções retiradas do universo consensual. Porém, esse traço não é o fator preponderante dessa lógica reificada, além de estar absolutamente subordinada a ela, atentando, inclusive para que esse traço consensual não interfira no resultado a ser obtido pela lógica reificada.

## Referências

ARAUJO, Marivânia C. *O bairro Santa Felicidade por ele mesmo*. Espaço urbano e formas de representações sociais em Maringá, Paraná. 2005. 299 f. Tese (Doutorado em Sociologia)-Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2005.

ARRUDA, Ângela. O ambiente natural e seus habitantes no imaginário brasileiro – Negociando a diferença. In: ARRUDA, Ângela (Org.) *Representando a alteridade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

BAUER, Martin. A popularização da ciência como iluminação cultural: a função de resistência das representações sociais. In: GUARECHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra. *Textos em Representações sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DAMATTA, Roberto. O ofício de etnólogo ou como ter “anthropological blues”. In: NUNES, Edson O. *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DAMATTA, Roberto. *A casa & a rua*. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Guanabara /Koogan, 1991.

DURKHEIM, Émile. *Sociologia e filosofia*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1970.

GUARESCHI, Pedrinho, A. *Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização*. As Artimanhas da Exclusão. Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2002.

GUARESCHI, Pedrinho, A. “Sem dinheiro não há salvação”: ancorando o bem e o mal entre os neopentecostais. In: GUARECHI, Pedrinho A e JOVCHELOVITCH, Sandra. *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

JODELET, Denise. La representación social: fenómenos, concepto y teoría. In: MOSCOVICI, Serge. *Psicología social*, II – Pensamiento y vida social; Psicología social y problemas sociales. Barcelona: Paidós, 1986.

JOFFE, Hélène. Degradação, desejo e “o outro”. In: ARRUDA, Ângela (Org.) *Representando a alteridade*, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida dos outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARECHI, Pedrinho A. e JOVCHELOVITCH, Sandra. *Textos em representações sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

LANE, Silvia T. M. Usos e abusos do conceito de representação social. In: SPINK, Mary Jane P. (org.). *O conhecimento do cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

LEME, Maria Alice S. V. O impacto da teoria das representações sociais. In: SPINK, Mary Jane P. (org), *O conhecimento do cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

MAGNANI, José G. C. Discurso e representação ou de como os baloma de Kiriwana podem reencarnar-se nas atuais pesquisas. In: CARDOSO, Ruth C. L. *A aventura antropológica*. Teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MALINOWSKI, Bronislaw. Baloma: los espíritus de los muertos en las islas Trobiand. In: *Magia, ciencia, religión*. Barcelona: Ariel, 1974.

MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do Pacífico Ocidental. Um relato do empreendimento e da aventura dos antivos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: Abril, 1978.

MINAYO, Maria Cecília S. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARECHI, Pedrinho A. e JOVCHELOVITCH, Sandra. *Textos em representações Sociais*. Petrópolis - RJ: Vozes, 1994.

MOSCOVICI, Serge. *A representação social e psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

OLIVEN, Ruben G. *A antropologia de grupos urbanos*. Petrópolis: Vozes, 1996.

SÁ, Celso P. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, Mary Jane P. (Org.). *O conhecimento do cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

WAGNER, Wolfgang. Descrição, explicação e método na pesquisa das representações sociais. In: GUARECHI, Pedrinho A e JOVCHELOVITCH, Sandra. *Textos em representações sociais*, Petrópolis - RJ: Vozes, 1994.

Artigo recebido em 27 de agosto de 2008

Aprovado para publicação em 10 de outubro de 2008